

Águas de Matão S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório de revisão dos auditores independentes	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Águas de Matão S.A.
Matão - SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros assuntos

Não auditamos e não revisamos, nem foram auditadas ou revisadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião ou conclusão sobre elas.

São Paulo, 15 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1

Águas de Matão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2014	31/12/2013 (Não auditado)	Passivos	Nota	31/12/2014	31/12/2013 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	192	1	Fornecedores e empreiteiros	9	3.556	-
Aplicações financeiras	5	2.322	-	Empréstimos e debêntures	10	1.461	-
Contas a receber de clientes	6	2.841	-	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	17.627
Ativo fiscal corrente		123	-	Obrigações trabalhistas e sociais		495	-
Outros créditos		33	-	Obrigações fiscais	11	184	-
Total do ativo circulante		5.511	1	Outras contas a pagar		625	6.575
				Total do passivo circulante		6.321	24.202
Ativo fiscal diferido	18	2.377	-	Empréstimos e debêntures	10	35.713	-
Outros créditos		78	-	Provisão para contingências	12	87	-
Total do realizável a longo prazo		2.455	-	Total do passivo não circulante		35.800	-
Intangível	7	36.484	24.202	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		38.939	24.202	Capital social	13	7.000	1
				Prejuízos acumulados		(4.671)	-
				Patrimônio líquido		2.329	1
				Total do passivo		42.121	24.202
Total do ativo		44.450	24.203	Total do passivo e patrimônio líquido		44.450	24.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014
Receita operacional líquida	14	27.164
Custos dos serviços prestados	15	<u>(28.056)</u>
Prejuízo bruto		<u>(892)</u>
Despesas administrativas e gerais	16	(4.628)
Outras despesas operacionais		<u>(9)</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(5.529)</u>
Receitas financeiras	17	256
Despesas financeiras	17	<u>(1.775)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(1.519)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(7.048)</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>2.377</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(4.671)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

	2014
Prejuízo do exercício	<u><u>(4.671)</u></u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(4.671)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de 18 de outubro a 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 18 de outubro de 2013 - data da constituição (não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de capital	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Aumento de capital	6.999	-	6.999
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(4.671)</u>	<u>(4.671)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>7.000</u>	<u>(4.671)</u>	<u>2.329</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e período de 18 de outubro a 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013 (2 meses) (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(7.048)	-
Ajustes para:		
Amortização	928	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	1.442	-
Juros sobre aplicações financeiras	(109)	-
Constituição de provisão para contingências	87	-
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	531	-
	<u>(4.169)</u>	<u>-</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(3.372)	-
Ativo fiscal corrente	(123)	-
Outros créditos	(111)	-
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	3.556	-
Obrigações trabalhistas e sociais	184	-
Obrigações fiscais	495	-
Outras contas a pagar	(5.950)	6.575
	<u>(9.490)</u>	<u>6.575</u>
Fluxo de caixa (usados nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(9.490)</u>	<u>6.575</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(2.213)	-
Aquisição de intangível	(13.074)	(24.202)
	<u>(15.287)</u>	<u>(24.202)</u>
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento	<u>(15.287)</u>	<u>(24.202)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e debêntures captadas	35.596	-
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	(10.628)	17.627
Aumento de capital	-	1
	<u>24.968</u>	<u>17.628</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>24.968</u>	<u>17.628</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>191</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>192</u>	<u>1</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>191</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Matão, São Paulo. A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2013 com a denominação de AEFA Participações Ltda. Em 13 de dezembro de 2013, com a mudança do tipo jurídico, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 14 de fevereiro de 2014, de acordo com o Termo de Ordem de Início e Contrato de Concessão nº 77/2013 firmado com a Prefeitura Municipal de Matão – SP (“Poder Concedente”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Matão, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

A Companhia tem por objeto a operação e gerenciamento de atividades-objeto desta concessão, designada para fins de coleta, tratamento, e fornecimento de água, à deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem, projeto e construção dos referidos sistemas, fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim, compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim, operação de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais, prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade e participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 7 - Definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 12 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de curto prazo da dívida soberana ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para atender às necessidades de liquidez de curto prazo.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e debêntures, fornecedores e empreiteiros, fornecedores partes relacionadas, contas correntes a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

a. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item *l*.
- Intangível em andamento

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- os dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são as que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

e. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2014 e 2013 com relação a este assunto.

f. Demais passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

h. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de administração que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(iii) Receita de construção

Receita de construção é composta pelo custo incorrido da construção de infraestrutura somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

(iv) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgoto é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(v) Outros serviços indiretos de água

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) *Imposto diferido*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

(iii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

k. *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1) / IFRIC 12*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pelo prazo da concessão.

l. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável

a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	31/12/2014	31/12/2013 (Não auditado)
Banco conta movimento	192	1
	<u>192</u>	<u>1</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

		31/12/2014
CDB – Pré fixado	98,1% a 103% do CDI	2.322
		<u>2.322</u>

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros.

6 Contas a receber de clientes

		31/12/2014
Serviços de tratamento de água e esgoto		3.372
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(531)
		<u>2.841</u>

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos Vencidos			Total
		Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	31/12/2014
Residencial	324	1.402	292	1.694	2.018
Comercial	200	258	26	284	484
Industrial	44	55	37	92	136
Setor público	193	198	176	374	566
Subtotal Consumidores	761	1.913	531	2.444	3.205
Renegociações	167	-	-	-	167
					3.372

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	31/12/2014
Residencial	(292)
Comercial	(26)
Industrial	(37)
Setor público	(176)
	(531)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no período encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Natureza	31/12/2013 (Não auditado)	(-) Adições	31/12/2014
Correntes e renegociações	-	(531)	(531)
	-	(531)	(531)

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Prazo remanescente (em anos)	Taxa média anual	31/12/2014			31/12/2013
				Custo	(-) Amortização	Líquido	Não Auditado Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Outorga / contrato de Concessão	30	29	3,5%	24.202	(809)	23.393	24.202
Instalações técnicas de saneamento	25	de 24 a 25	1,4%	1.093	(6)	1.087	-
Edificações de estações de tratamento	29	29	1,7%	2.917	(65)	2.852	-
Máquinas e equipamentos	de 02 a 20	de 01 a 20	12,1%	200	(16)	184	-
Outros componentes	de 05 a 15	de 04 a 15	1,7%	651	(22)	629	-
				29.063	(918)	28.145	24.202
Intangível em andamento							
Intangível em andamento				8.244	-	8.244	-
				8.244	-	8.244	-
Software							
Licença de uso de software	05	de 4 a 5	19,2%	105	(10)	95	-
				105	(10)	95	-
				37.412	(928)	36.484	24.202

b. Movimentação do custo

Ativo	31/12/2013		31/12/2014	
	Não Auditado		Custo	Custo
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / contrato de Concessão	24.202	-	-	24.202
Instalações técnicas de saneamento	-	-	1.093	1.093
Edificações de estações de tratamento	-	1.168	1.749	2.917
Máquinas e equipamentos	-	200	-	200
Outros componentes	-	651	-	651
	24.202	2.019	2.842	29.063
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	-	11.086	(2.842)	8.244
	-	11.086	(2.842)	8.244
Software				
Licença de uso de software	-	105	-	105
	-	105	-	105
	24.202	13.210	-	37.412

Ativo	(não auditado)		
	18/10/2013	31/12/2013	
	Custo	Adições	Custo
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / contrato de Concessão	-	24.202	24.202
	-	24.202	24.202
TOTAL CUSTO	-	24.202	24.202

c. Movimentação da amortização

Ativo	31/12/2013	31/12/2014	
	Não Auditado	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / contrato de Concessão	-	(809)	(809)
Instalações técnicas de saneamento	-	(6)	(6)
Edificações de estações de tratamento	-	(65)	(65)
Máquinas e equipamentos	-	(16)	(16)
Outros componentes	-	(22)	(22)
	-	(918)	(918)
Software			
Licença de uso de software	-	(10)	(10)
	-	(10)	(10)
	-	(928)	(928)

O ativo intangível, registrado nas rubricas Direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em de 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$136 (zero em 2013), e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

8 Transações com partes relacionadas

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que, em 31 de dezembro de 2014, detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$434 (zero em 2013). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 h (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

		31/12/2014		(Não auditado) 31/12/2013	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo não circulante					
Aquisição de ativo intangível	(a)	68		-	-
Passivo circulante					
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	(b)	-	(1.505)	-	-
Contas correntes com partes relacionadas	(c)	-	-	-	(17.627)
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(d)	-	(2.803)	-	-
		<u>68</u>	<u>(4.308)</u>	<u>-</u>	<u>(17.627)</u>

		31/12/2014		(não auditado) 31/12/2013	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aegea Saneamento e Participações S.A.	(c) e (d)	-	(4.041)	-	(17.627)
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	(b)	-	(17)	-	-
GSS – Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	(b)	68	-	-	-
Águas Guariroba S.A.	(b)	-	(5)	-	-
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	(b)	-	(3)	-	-
Águas de Mirante S.A.	(b)	-	(242)	-	-
		68	(4.308)	-	(17.627)

Resultado - custos e despesas dos serviços prestados

Aegea Saneamento e Participações S.A.	1.250
LVE – Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	89
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.	107
	1.446

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$68 mantido no ativo não circulante com a GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. se refere a contratação de serviços de desenvolvimento de software para controle dos serviços objeto do contrato de concessão.
- (b) Saldos mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de fornecedores partes relacionadas são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de ampliação e manutenção nas redes de água e esgotamento sanitário, serviços administrativos prestados pelo centro de serviços administrativos (“CAA” – Centro Administrativo Aegea) situado na cidade de Santa Barbara D’Oeste, no Estado de São Paulo além de repasse de gastos de empresas ligadas Águas de Mirante S.A., Águas Guariroba S.A. e Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto.
- (c) Em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$17.627 registrado no passivo circulante se refere a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$2.803 registrado no passivo não circulante se refere a emissão de debêntures privadas emitidas pela Companhia com prazo de vencimento em agosto de 2027, conforme nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2014
Prestações de serviços e fornecedores de materiais	2.051
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 8)	1.505
	3.556

10 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	31/12/2014
Capital de giro (ponte)	CDI + 1,9% a.a.	agosto/16	33.500	34.371
Debêntures privadas	CDI + 1,65% a.a.	agosto/27	2.800	<u>2.803</u>
				37.174
Circulante				1.461
Não circulante				<u>35.713</u>
				37.174

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros não circulantes:

2016	32.910
2019 em diante	<u>2.803</u>
	35.713

Em 29 de agosto de 2014 a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - CCB no montante de R\$ 33.500, tendo o vencimento em 19 de agosto de 2016.

Em 03 de outubro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa, sem a emissão de certificados, com valor unitário de R\$1 (mil reais) cada, e será realizada em até 6 (seis) séries, com valor nominal total de R\$7.500. As debêntures da primeira série 2.800 (dois mil e oitocentas) foram integralizadas em 19 de dezembro de 2014 conforme aprovado pela AGE, tendo o prazo de vencimento em 03 de agosto de 2027.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$590 (zero em 2013), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia obriga-se a observar uma série de restrições relacionadas a tais empréstimos e debêntures, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia de cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios da Companhia;
- Penhor de 50% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.; e
- Aval da Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em seus empréstimos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

11 Obrigações fiscais

	31/12/2014
PIS - Programa de integração social	81
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	71
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	(6)
IRRF/INSS/ISS – sobre serviços de terceiros a recolher	38
	184

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2014
Contingências cíveis	84
Contingências trabalhistas	3
	87

Natureza	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Cível	-	86	(2)	84
Trabalhista	-	3	-	3
	-	89	(2)	87

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, desapropriações e servidão, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui outras contingências de natureza cível que totalizam R\$75 (zero em 2013), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social integralizado é de R\$7.000 (R\$1 em 31 de dezembro de 2013) e esta representado por 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, dividido na seguinte proporção:

	% de participação	Qtde. de ações
Acionistas		
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%	6.999.999
Engepav Engenharia e Comércio Ltda.	0,00%	1
Total	100,00%	7.000.000

Em 14 de janeiro, 30 de setembro e 19 de dezembro de 2014, a controladora Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou o montante de R\$199, R\$4.303 e R\$2.497, respectivamente, mediante a conversão do contas correntes a receber com a Companhia, totalizando em R\$6.999.

14 Receita operacional líquida

	2014
Receita de prestação de serviços	
Receita bruta de tratamento de água	10.123
Receita bruta de tratamento de esgoto	8.141
Receita bruta de outros serviços	456
Receitas de construção	11.086
	29.806
Deduções da receita bruta	
(-) Cancelamentos	(1.003)
(-) Impostos sobre serviços	(1.639)
	(2.642)
Total da receita operacional líquida	27.164

15 Custos dos serviços prestados

	2014
Pessoal	(1.331)
Conservação e manutenção	(1.327)
Serviços de terceiros	(41)
Materiais, equipamentos e veículos	(314)
Amortização	(928)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	31
Custo de concessão	(11)
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(9.463)
Custo de construção	(11.086)
Energia elétrica	(2.648)
Produtos químicos	(166)
Locação	(535)
Outros custos	(237)
	(28.056)
	(28.056)

16 Despesas administrativas e gerais

	2014
Pessoal	(1.044)
Conservação e manutenção	(19)
Serviços de terceiros	(1.725)
Materiais, equipamentos e veículos	(365)
Energia elétrica	(10)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(531)
Seguros	(68)
Viagens e estadias	(99)
Provisões para contingências	(87)
Impostos, taxas e contribuições	(10)
Locação	(155)
Publicidade e propaganda	(366)
Outras despesas	(149)
	<u>(4.628)</u>

17 Despesas financeiras líquidas

	2014
Rendimentos de aplicações financeiras	109
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	147
Receitas financeiras	<u>256</u>
Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos	(1.442)
Despesas e comissões bancárias	(257)
Outras	(76)
Despesas financeiras	<u>(1.775)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(1.519)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está apresentada como segue:

	2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.048)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>2.396</u>
Despesas indedutíveis	(19)
Imposto de renda e contribuição social:	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	<u>2.377</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	<i>34%</i>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	144
Provisão para participação nos lucros	92
Provisão para contingências	30
Prejuízo fiscal	1.700
Base negativa de contribuição social	<u>612</u>
Ativo fiscal diferido	2.577
Custo de captação	<u>(201)</u>
Passivo fiscal diferido	<u>(201)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>2.377</u>

19 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	192
Aplicações financeiras	2.322
Contas a receber de clientes	2.841
Outros créditos	111
	5.466
	5.466

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

	Valor contábil	Fluxo financeiro - 31/12/2014		
			Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	192	192	192	-
Aplicações financeiras	2.322	2.322	2.322	-
Contas a receber de clientes	2.841	2.841	2.841	-
Outros créditos	111	111	111	-
	5.466	5.466	5.466	-
Passivos				
Fornecedores e empreiteiros	3.556	3.556	3.556	-
Empréstimos e debêntures	37.174	44.759	3.111	41.648
Outras contas a pagar	625	625	625	-
	41.355	48.940	7.292	41.648

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2014
<i>Ativos financeiros</i>	
Aplicações financeiras	<u>2.322</u>
	<u>2.322</u>
Instrumentos de taxa variável	
<i>Passivos financeiros</i>	
Empréstimos e debêntures	<u>37.174</u>
	<u>37.174</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I-Provável	II-25%	III-50%	IV-25%	V-50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	2.322	Variação do CDI	10,81%	251	314	377	188	126
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e debêntures	(37.174)	Variação do CDI	10,81%	<u>(4.019)</u>	<u>(5.024)</u>	<u>(6.029)</u>	<u>(3.014)</u>	<u>(2.010)</u>
				<u>(3.768)</u>	<u>(4.710)</u>	<u>(5.652)</u>	<u>(2.826)</u>	<u>(1.884)</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é o de administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informações integrados e íntegros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/12/2014
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	4	-	192	-	192
Aplicações financeiras	5	2.322	-	-	2.322
Contas a receber de clientes	6	-	2.841	-	2.841
Outros créditos		-	111	-	111
		<u>2.322</u>	<u>3.144</u>	<u>-</u>	<u>5.466</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	3.556	3.556
Empréstimos e debêntures	10	-	-	37.174	37.174
Outras contas a pagar		-	-	625	625
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.355</u>	<u>41.355</u>
Passivos					
			NE	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31/12/2013
Contas correntes a pagar para partes relacionadas			8	17.627	17.627
Outras contas a pagar				6.575	6.575
				<u>24.202</u>	<u>24.202</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures é demonstrado abaixo:

Passivos	31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e debêntures	37.174	39.279
	<u>37.174</u>	<u>39.279</u>

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

20 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui uma concessão adquirida por meio de uma licitação com a Prefeitura Municipal de Matão, SP. Esse contrato de concessão tem o prazo de duração de 30 anos a ser contado a partir da data da assinatura do Termo de Ordem de Início em 14 de fevereiro de 2014.

A Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013 e de acordo com o Contrato de Concessão nº 077/2013, tem por objeto a prestação dos serviços públicos de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável, de coleta, transporte, afastamento, interceptação, tratamento e destinação final de esgotos sanitários, no âmbito do município de Matão/SP e seus Distritos, incluindo a construção, instalação e operação da ETE – São Lourenço do Turvo, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente. Todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de águas e 100% da coleta e tratamento de esgoto foram atendidos até 31 de dezembro de 2014. A Prefeitura Municipal de Matão, reconhecendo que todos os marcos contratuais foram atendidos até 31 de dezembro de 2014, autorizou aumento de 7,85% na tarifa conforme decreto 4.838 de 19 de dezembro de 2014.

A Companhia registra as receitas provenientes da Concessão na sua totalidade, conforme definições do CPC 30 – Receita, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que a classificando como o operador principal, considerando os riscos e benefícios associados a Concessão.

De acordo com o Contrato de Concessão, a Companhia não é responsável pelo tratamento, afastamento e disposição final do sistema de esgotamento sanitário, sendo estes de responsabilidade da Companhia Matonense de Saneamento (“CMS”), que é remunerada de acordo com o volume de abastecimento de água, contudo, com um volume mínimo garantido em contrato entre o Poder Concedente e a CMS, com reajuste anual, estimado anualmente em 6.956.000 metros cúbicos, pelo prazo de 29 anos à tarifa atual de R\$2,16.

21 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Jorge Carlos Amin
Diretor Presidente

Josélio Alves Raymundo
Diretor Executivo

Percival Gratti Junior
Contador - CRC nº 1SP-239268/O-9